

O LUGAR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CIEP 358 ALBERTO PASQUALINI(RJ)¹

Cleber Ribeiro de Souza

RESUMO

O presente pré-projeto tem como tema o caráter democrático da escola pública, a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) pelas escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo geral é apresentar o processo de elaboração do PPP pela comunidade escolar em escolas públicas localizadas na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. O PPP ganha local preponderante na análise da manutenção ou quebra das desigualdades educacionais no espaço escolar, por ser um instrumento de garantia do caráter democrático da educação da escola, ao definir o projeto de educação a ser praticado. É utilizado as considerações de Santos (2010) a respeito do pensamento abissal (pensamento moderno acidental), como análise da atual educação praticada na instituição escola pública na sociedade democrática brasileira. Apoiaremos na “ecologia de saberes”, do mesmo autor, para denunciar a ausência de diálogo entre diferentes saberes e sujeitos (profissionais da educação, estudantes, responsáveis dos alunos, comunidade do entorno) como sendo um dos desafios para a construção de projetos de educação da comunidade escolar, num contexto de Estado Democrático de Direitos (Santos, 2010). Será apresentado como estudo de caso, o processo existente de elaboração do PPP pela comunidade escolar do CIEP 358 Alberto Pasqualini (escola estadual, localizada no Bairro da Luz, Nova Iguaçu-RJ). Tomaremos a pesquisa participante (Brandão 1999) como a metodologia para caminharmos na investigação em tela, por auxiliar a considerar e dialogar com a grande diversidade de modos de viver e pensar dos sujeitos da comunidade escolar, bem como, do sujeito pesquisador e militante que se encontra envolvido no tema em tal instituição. Com isso, compreendemos que o presente trabalho está alinhado a luta pelo atual Plano Nacional de Educação, 2014, em sua meta 19, que tem como tema gestão democrática, saliente que a gestão da educação pública deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas e de considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades.

Palavras-chaves: Gestão Democrática. Comunidade Escola. Projeto Político Pedagógico.

Resumo Ampliado

A presente estratégia de ação no espaço escolar vem sendo construída enquanto horizonte utópico ao longo da minha caminhada na educação pública. “Cria”² de um dos territórios periféricos de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), ao ingressar na escola, como aluno, passei a viver dois mundos extremamente estanques; com estratégias e sentidos próprios. Por um lado, havia o mundo da família em diálogo e tensionamentos com a dinâmica do bairro (onde a pobreza se expressava na elevada taxa de homicídio e nas demandas de práticas comunitárias), educando com base em princípios de apoio mútuo, honestidade e discernimento. Já o mundo da escola, repousando o seu poder disciplinar sobre a desigualdade fundamental entre os mestres e os alunos, exercia sua função “assimilacionista”

¹Projeto de pesquisa.

²Utilizo tal termo como homenagem a Vereadora, Negra, mãe Marielle Franco. Cria do Complexo da Maré, tinha como referência esse território na construção de suas lutas.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

ao “invisibilizar” os saberes de sujeitos periféricos. Tal hierarquização entre esses mundos marcou o meu acesso à educação escolar com constantes reprovações e inúmeras violências no espaço-escolar endereçada a minha suposta limitação de aprendizagem.

Ao me inserir no mundo acadêmico e de militância da educação, pude constatar que o meu histórico de “fracasso escolar”³ se apresenta como norma para a grande parcela das crianças e jovens de território popular⁴. O Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas públicas, em sua maioria, ainda se apresenta distante da democratização da educação enquanto direito social, pois ainda não consideram a população periférica como sujeito da educação escolar. Com isso, alinhado ao tema equidade na educação, entendemos que o processo de construção do PPP que garanta a participação ativa e eficiente de toda a comunidade escolar é uma potente estratégia na quebra da preservação das desigualdades educacionais no espaço escolar.

O presente projeto tem como objetivo apresentar a sistematização do processo existente de elaboração do PPP pela comunidade escolar do CIEP 358 Alberto Pasqualini (escola estadual, localizada no Bairro da Luz, Nova Iguaçu-RJ) realizado no primeiro semestre de 2018. Como pesquisador e militante, venho construindo tal processo de elaboração do PPP ao longo dos anos em parceria com a comunidade escolar do CIEP Alberto Pasqualini.

A Constituição Federal de 1988, representa conquistas de históricas lutas da sociedade civil organizada. A garantia da educação como direito social, sendo dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, é uma dessas conquistas (Tavares, 2003)⁵. Na escala local, o Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu teve protagonismo em tal conquista constitucional (Silva, 1993)⁶.

³ PAULA, Fernando Silva; e TFOUNI, Leda Verdiani. A persistência do fracasso escola: desigualdade e ideologia. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2009, 10(2), pp. 117-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf>

⁴ THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. Revista Brasileira de Educação. V. 11 n.32 maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf>

⁵ TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Educação Brasileiras e negociação política: o processo constituinte de 1987 e gestão democrática. Maceió: EDUFAL, 2003.

⁶ SILVA, Percival Tavares da. Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992). IESAE. Fundação Getúlio Vargas, 1994, Dissertação.



A gestão democrática do ensino público é um dos princípios que define o caminho para se garantir o direito a educação e estabelecer sua qualidade, a partir da inclusão dos sujeitos da sociedade. Por mais que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, (Art. 12 e 14) tenha legitimado mecanismos de gestão democrática, como a participação na elaboração do PPP, os sujeitos de territórios periféricos, suas temáticas e práticas, ainda são negados de participarem da construção do projeto de educação de sua escola. Com isso, compreendemos que o processo de elaboração do PPP que vem sendo construído no CIEP 358 Alberto Pasqualini é uma potente estratégia de auxílio às comunidades escolares de outras unidades a construir projetos de escola que tenham o compromisso de romper com as desigualdades educacionais, ao garantir o diálogo entre todos sujeitos que a compõe.

O presente trabalho está alinhado a luta pelo atual Plano Nacional de Educação, 2014, em sua meta 19, que tem como tema gestão democrática, saliente que a gestão da educação pública deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas e de considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades. Para isso, exige a definição de conceitos como autonomia, democratização, descentralização.

Como análise da atual educação, bem como, da instituição escola pública no contexto de sociedade democrática brasileira, nos utilizamos das considerações de Santos (2010) a respeito do pensamento abissal, como pensamento moderno acidental. Em seguida nos apoiamos na “ecologia de saberes”, do mesmo autor, para justificar a urgência de diálogo entre diferentes saberes e sujeitos (profissionais da educação, estudantes, responsáveis dos alunos, comunidade do entorno) como caminho para o surgimento de projetos de educação da comunidade escolar, num contexto de Estado Democrático de Direitos (Santos, 2010). Utilizamos categorias de análise que nos ajudou a identificar a comunidade escolar como agente do projeto de educação. São eles: Cotidiano da Escola, pois define a escola como ponto de partida e fim do PPP (Oliveira, 2009); Autonomia relativa, estabelece a necessidade de a comunidade escolar também considerar como legítima as orientações da secretaria de educação na proposta pedagógica da escola (Barroso, 1996); Inovação para a Emancipação, ancora o PPP na autonomia da comunidade escolar na definição do rumo da escola (Veiga, 2003).



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

A pesquisa participante (Brandão 1999) é a metodologia que foi tomada na caminhada da investigação em tela. Ela nos auxiliou a considerar a grande diversidade de modos de viver e pensar dos sujeitos da comunidade escolar, bem como, do sujeito pesquisador. Considerando que as ações de elaboração do PPP estão definidas e vem sendo realizadas pela comunidade escolar do referido CIEP, a sistematização do processo de elaboração do PPP foi orientado por estudo da bibliografia, observação de todas as ações⁷ que envolvem a elaboração do PPP pelos sujeitos da comunidade no espaço da escola, análise dos dados utilizados (desempenho da escola), bem como, de minha participação direta no processo como militante e pesquisador.

Considerações

Como o processo de elaboração do PPP ainda se encontra em andamento, tendo como data de termino o mês de junho de 2018, nos propomos a apresentar análises parciais do processo. Estas se concentrarão nos desafios encontrados pela comunidade escolar em na relação com a secretaria estadual de educação do Rio de Janeiro para realizar os momentos de reflexão da escola e proposição de um novo projeto, bem como, as potências de alinhamentos entre os diferentes sujeitos que compõe a comunidade escolar, a partir do interesse comum de transformar o projeto de educação da escola com a participação de todos da gestão.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In BARROSO, João. O estudo da Escola. Porto: Porto Ed., 1996.

BRANDÃO, C. R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. SP: Brasiliense. 1999.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de [org.]. Democracia no cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula [orgs]. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

7 Todas as ações de elaboração do PPP estão distribuídas em etapas que tem como referência a estrutura do Projeto Educativo da Equipe Latino-Americana de Planejamento (ELAP) apresentado por Vasconcellos (2007).



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v.23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>